

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 42, (Jan/Dez) de 2026
ISSN: 2178-7476



**A EMERGÊNCIA DA TRANSGENERIDADE COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO EM EVENTOS
CIENTÍFICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

**THE EMERGENCE OF TRANSGENDERITY AS AN OBJECT OF INVESTIGATION IN SCIENTIFIC
EVENTS: A LITERATURE REVIEW**

**LA EMERGENCIA DE LA TRANSGENERIDAD COMO OBJETO DE INVESTIGACIÓN EN EVENTOS
CIENTÍFICOS: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA**

Danrvney Christian Monteiro dos Santos

Doutoranda em Educação na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Dourados, Mato Grosso do Sul/MS, Brasil;
danrvney.christian@gmail.com;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5478-7791>.

Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki

Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Docente permanente no Mestrado em Educação e Territorialidade (PPGET) e no Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECMat), ambos na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Dourados, Mato Grosso do Sul/MS, Brasil;
regianibio@gmail.com;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4803-5806>.

Andréia Nunes Militão

Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) com Estágio Pós-doutoral na Universidad de La Serena; Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Dourados, Mato Grosso do Sul/MS, Brasil; Andreiamilitao@ufgd.edu.br;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1494-8375>

RESUMO: O Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), é um evento renomado e bienal, que teve sua primeira edição em 1997, na cidade de Águas de Lindóia, no estado de São Paulo, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC), e que tem como

público-alvo professores da Educação Básica e Ensino Superior, bem como, estudantes de pós-graduação e licenciandos das áreas do Ensino de Ciências. A partir disso, o presente estudo tem por objetivo analisar os artigos apresentados nas 15 edições do ENPEC que contenham a comunidade trans como objeto de estudo. Por meio de uma Revisão de Literatura, efetuada nos anais disponíveis pela ABRAPEC. Os dados apontam, que dos 13.087 trabalhos publicados, somente 11 deles abordaram a transgeneridade de alguma maneira, totalizando em 0,084% da totalidade, assim, evidenciando limitações na inserção dessa comunidade em eventos científicos de grande notoriedade na área do Ensino de Ciências.

PALAVRAS-CHAVE: Professores, Sexualidade, Trans, Travesti.

ABSTRACT: The National Meeting of Research in Science Education (ENPEC) is a renowned biennial event, whose first edition was held in 1997 in the city of Águas de Lindóia, in the state of São Paulo, promoted by the Brazilian Association for Research in Science Education (ABRAPEC). The event is aimed at Basic Education and Higher Education teachers, as well as graduate students and undergraduate students in Science Education. Accordingly, this study aims to analyze the papers presented at the 15 editions of ENPEC that address the transgender folder as em object of study. A Literature Review was conducted based on the proceedings made available by ABRAPEC. The data indicate that, among the 13,087 papers published, only 11 addressed transgenderity in some way, accounting for 0.084% of the total. This finding highlights limitations in the inclusion of the transgender folder in highly renowned scientific events in the field of Science Education.

KEYWORDS: Teachers, Sexuality, Trans, Travesti.

RESUMEN: El Encuentro Nacional de Investigación em Educación em Ciencias (ENPEC) es em reconocido evento bienal, cuya primera edición se celebró em 1997, em la ciudad de Águas de Lindóia, em el estado de São Paulo, promovido por la Asociación Brasileña de Investigación em Educación em Ciencias (ABRAPEC). El evento está dirigido a docentes de la Educación Básica y de la Educación Superior, así como a estudiantes de posgrado y de licenciatura de las áreas de la Enseñanza de las Ciencias. A partir de ello, el presente folde tiene como objetivo analizar los artículos presentados em las 15 ediciones del ENPEC que abordan a la foldera trans como objeto de folde. Para ello, se folde em Revisión de Literatura a partir de las actas disponibles em la ABRAPEC. Los datos indican que, de los 13.087 trabajos publicados, solamente 11 abordaron la transgeneridad de alguna manera, lo que representa el 0,084 % del total. De este modo, se evidencian limitaciones em la inclusión de la foldera trans em eventos científicos de gran foldera em el área de la Enseñanza de las Ciencias.

PALAVRAS CLAVE: Profesores, Sexualidad, Trans, Travesti.

Recordar é sobre(viver): cenário da transgeneridade no Brasil

Historicamente, a sociedade perpetuou, entre as gerações, inúmeras manifestações de preconceito direcionado para diferentes corpos, entre eles, aqueles em que aspectos de suas identidades, como por exemplo, suas orientações sexuais e identidades de gênero são os fatores determinantes para a ocorrência das violências, conhecidos mundialmente como a comunidade LGBTQIA+¹.

O conceito de *identidade* é trabalhado em distintas perspectivas e áreas, nas Ciências Sociais, é entendido como a relação entre as questões fenotípicas, comportamentais e sociais do indivíduo, sendo algo de caráter instável e que pode se modificar por meio dos processos de transformação social (Maciel, 2019).

O sentido de identidade ressalta a pluralidade e o descentramento de sujeitos, podendo nos levar a pensar numa dissociação das dimensões políticas e econômicas. Não se nega que os espaços identitários são arenas de luta constante, muitas vezes contra hegemonias

1 Sigla essa reconhecida pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, empregada para representar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, (LGBTQIA+) e outras.

definidoras e limitantes, como é o caso das identidades de gênero, raça e classe, que muitas vezes reivindicam direitos e deveres (Maciel, 2019, p. 29).

Butler (2017) pontua que para abordar *identidade*, é preciso também salientar acerca do conceito de *identidade de gênero*, pois essa autoidentificação é um dos seus pilares que auxiliam no entendimento do “eu”.

O gênero é uma construção social que varia intensamente de cultura para cultura e de época para época. Por definição, a nossa cultura, assim como toda a ‘cultura ocidental’, reconhece a existência de duas e apenas duas categorias de gênero masculino e feminino ou homem e mulher. Essas duas categorias tentam naturalmente espelhar as duas principais categorias do sexo genital – macho e fêmea – das quais o dispositivo binário de gênero se apropria para classificar os indivíduos nascidos ‘machos e fêmeas’ respectivamente em ‘homens e mulheres’ (Lanz, 2014, p. 39).

Dessa maneira, identidade de gênero se entende como o aglomerado de conjunturas sociais, culturais, psicológicas e comportamentais, que estabelecem papéis, expressões, singularidades, entre outras circunstâncias, bem como, separam e classificam as pessoas em homens, mulheres e outras identidades, assim, sendo independente de outros setores da identidade humana que são comumente e erroneamente tratados como sinônimos, como o *sexo biológico*, voltado aos aspectos genotípicos, mais precisamente nos cromossomos sexuais, e a *orientação sexual*, vista como, a atração física, afetiva, sexual e/ou psicológica de um indivíduo por outro(s) (Jesus, 2012).

Nessa dimensão da contextualização sobre identidade de gênero, Jesus (2012) acrescenta que nem sempre esse gênero é o mesmo que lhe foi atribuído no seu nascimento, pois, ao nascer a sociedade automaticamente pré-determina um gênero para essa criança, gênero esse escolhido levando em consideração única e exclusivamente a presença de órgãos sexuais específicos, dessa forma, guiando suas roupas, brinquedos, pronomes, etc. Todavia, ao amadurecer esse gênero pode ou não ser o mesmo que lhe foi dado anteriormente (Lima, 2013).

Quando ocorre que o indivíduo se identifique e se expresse com o mesmo gênero que lhe foi atribuído no seu nascimento, o mesmo é classificado como cisgênero – cis. Mas, em casos das pessoas que não se identificam com o mesmo gênero que lhe foi dado ao nascer, essas pessoas se reconhecem como transgêneros – trans (Jesus, 2012, p. 24).

A pessoas imersas na *transgeneridade*, lidam com as suas expressões de gênero de forma bastante pessoal e no seu próprio tempo, manifestando-se em diversos estágios da vida, quando crianças, adultos ou idosos. Assim, ser transgênero é questão de identidade e não uma patologia mental ou perversão sexual, como por muito tempo foi tratado. Arruda (2024) acrescenta que transgênero é um termo guarda-chuva usado para representar pessoas que se identificam com o gênero destoante daquele conferido ao nascimento, cuja expressão de gênero não está em conformidade com as expectativas sociais. Deste modo, a *transgeneridade* é compreendida como a

identificação com um gênero diferente do que lhe foi socialmente dado ao nascer, independentemente das transformações, adequações e/ou reafirmações corporais feitas (Jesus, 2012).

A transgeneridade representa um âmbito de vivências subjetivas e intersubjetivas relacionadas ao rompimento com as normas binárias e essencialistas de gênero. Cada uma das diversas expressões da transgeneridade, entre elas a travestilidade e a intersexualidade, expressam a diversidade da sexualidade humana. São sujeitos marcados pela transitoriedade identitária em oposição à fixidez heteronormativa. Entretanto, a singularidade de cada indivíduo é ignorada e inviabilizada quando se usa o estigma como estratégia de uma sociedade que profecia a normalidade binária autorrealizável em sua essência (Nery; Gaspodini, 2015, p.61).

De acordo com Mello *et al* (2011), dentre os membros dessa comunidade, o processo de violência é bem mais abrupto com as pessoas transgêneros, percebendo consequências em diversos setores da sociedade, entre eles, nas instituições de ensino, com as elevadas taxas de evasão escolar desses indivíduos.

Ao voltarmos para entremeados dos anos 80, a transgeneridade, na época ainda chamada de *transexualidade*, foi introduzida no Código Internacional de Doenças na classificação de “Doenças e Distúrbios Mentais”, retirada apenas em 2022 pela Organização Mundial de Saúde – OMS (Hailer, 2022). É de consenso que a transgeneridade ainda é cercada de preconceito, ditada por uma construção social, histórica e androcêntrica que limita, cerceia e dificulta a cidadania das pessoas que não se identificam com seu gênero (Silva e Tortato, 2026).

No Brasil, as violências sofridas pela comunidade LGBTQIA+ atingem diversos setores, seja nas escolas, ambientes de trabalho, famílias, política, mídia, entre outros, um exemplo disso, é a escassez de fontes de dados, vindas do Estado, que elucidem oficialmente e estatisticamente acerca dessas violências, existindo como principais o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e os dados da Segurança Pública (Benevides, 2026).

A criminalização da LGBTfobia pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26 (ADO nº 26), em 2019, representou um marco jurídico no enfrentamento institucional da violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Ao reconhecer a omissão legislativa do Congresso Nacional e situar as práticas de LGBTfobia como expressão do crime de racismo, o STF produziu um deslocamento significativo no campo normativo, afirmando a gravidade estrutural da discriminação fundada em orientação sexual e identidade de gênero (Passoni; Biagio; Pacheco, 2026, p.133).

Levando em consideração que as múltiplas manifestações de gênero e de orientações sexuais são marcadores de vulnerabilidade social, especialmente no Brasil, o Ministério da Saúde concebeu, mesmo que tardiamente, políticas nacionais que auxiliem a comunidade LGBTQIA+. Somente em 2004, foi desenvolvido o projeto Brasil Sem Homofobia, com o intuito de proporcionar ações que combatam os diferentes tipos de preconceito, como também, certificar a equidade no acesso ao serviço de saúde (Brasil, 2004).

Em 2009, foi aprovado o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, que tinha como

seu Objetivo Estratégico V: a Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, que promovia:

Fomentar a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), principalmente a partir do apoio à implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e de núcleos de pesquisa e promoção da cidadania daquele segmento em universidades públicas (Brasil, 2009).

Com a população trans, alguns direitos mais específicos só foram garantidos um pouco mais para frente, por exemplo, em 2008, surgiu o Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS), que assegurou o direito às cirurgias de transgenitalização para as mulheres trans, sendo alterado em 2013, incluindo outras identidades transgêneras (Brasil, 2008; Brasil, 2013^a). Em 2011, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), que determina diretrizes para a perpetuação da equidade em saúde e que evidencia os danos prejudiciais e estruturais sofridos pela comunidade LGBTQIA+ (Brasil, 2013).

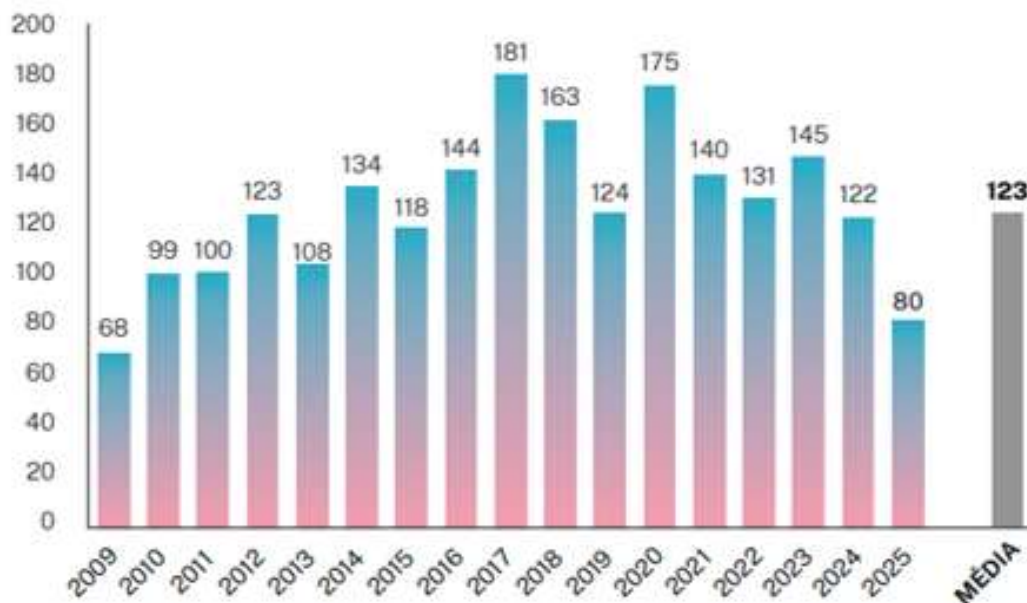
A atenção à saúde da população trans no Brasil representa um marco na promoção dos direitos humanos e no combate à discriminação no sistema de saúde. A implementação de políticas públicas voltadas para essa população reflete a necessidade de enfrentar as barreiras históricas de acesso e as práticas de exclusão, ainda persistentes, no atendimento. Embora tenham ocorrido avanços significativos nas últimas décadas, a realidade vivenciada por muitas pessoas trans ainda é marcada por desafios institucionais e sociais que comprometem a eficácia dessas políticas (Neto, 2024, p.17).

Mesmo com essas leis em vigor, em março de 2026, mês esse em que se comemora o Dia Internacional da Visibilidade Trans, uma mulher trans, de 29 anos, foi torturada e teve seu braço marcado com uma suástica nazista em Ponta Porã no Mato Grosso do Sul (MS), 3 pessoas foram presas, duas delas sendo seus patrões (Ribeiro e Ricalde, 2026).

Ainda no Mato Grosso do Sul (MS), a Câmara Municipal de Campo Grande, aprovou por 13 votos a favor e 11 contra, o Projeto de Lei do vereador André Salineiro (PL), que desenvolve a Política Municipal de Proteção da Mulher, determinando que o uso de banheiro femininos em locais públicos seja exclusivo para pessoas com vagina, por eles, chamadas de “mulheres biológicas”, assim, penalizando pessoas trans que tentem utilizar os banheiros os quais se identificam, como também, garante testes de aptidão física em seleções e concursos públicos municipais (Campo Grande, 2026).

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), famosa por realizar pesquisas referentes a comunidade trans brasileira, publicou em 2026, o dossiê “Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2025”, mostrando que entre 2017 e 2025, foram registrados 1.261 assassinatos de pessoas trans no Brasil, com 80 casos apenas no último ano e uma média geral de 140 ocorrências oficializadas por ano, como visto na Figura 1 a seguir (Benevides, 2026).

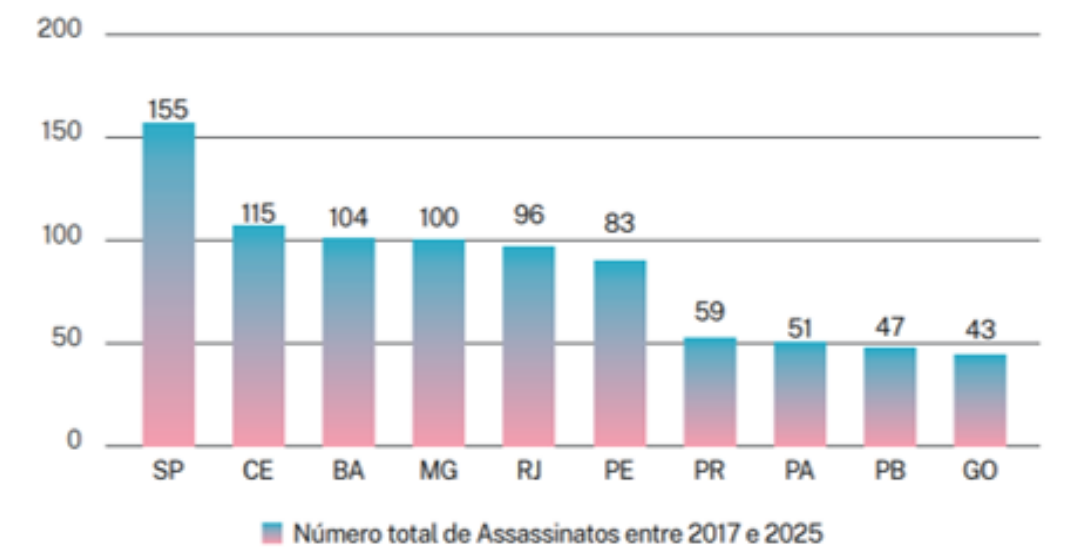
Figura 1 - Dados dos assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008 e 2025.



Fonte: Retirado do dossiê “Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2025” da Antra, Benevides, 2026.

Nesse mesmo documento, a ANTRA elaborou um *ranking* (Figura 2), por estados do Brasil que mais tiveram casos oficiais, à vista disso, São Paulo lidera com 155 mortes catalogadas entre 2017-2025, seguido do Ceará com 115 registros e Bahia com 104 (Benevides, 2026).

Figura 2 - Estados que mais assassinaram pessoas trans (2017-2025).



Fonte: Retirado do dossiê “Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2025” da Antra, Benevides, 2026.

Difícil é falar sobre assassinatos de pessoas trans no Brasil, sem relembrar o ocorrido com a travesti Dandara Kataryne de 42 anos em 15/02/2017, que foi filmada sendo brutalmente assassinada,

com uso de murros, chutes, pedradas, objetos cortantes e arma de fogo, por mais de 10 indivíduos de diferentes idades (Lima, 2024).

A repercussão do caso fez com que Dandara se tornasse um símbolo de resistência e luta contra a discriminação dos corpos trans, sendo assim, homenageada em 2024, no Projeto de Lei (PL 7292/2017), desenvolvido pela Deputada Federal Luizianne Lins (PT-CE), conhecido nacionalmente como a “Lei Dandara”², que classifica como hediondos os crimes sofridos pela comunidade LGBTQIAP+, alterando o art. 121 do Decreto-Lei de nº 2.848 de 07/12/1940, em que foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos, avançando para a Câmara dos Deputados, caso novamente seja aprovado, os crimes direcionados a comunidade LGBTQIA+ motivados por LGBTfobia serão enquadrados como hediondos em todo o Brasil (Lima, 2024).

Diante do exposto, é nítido que a população trans sofrem de um processo de marginalização abrupto que se estende e atinge negativamente vários se vários setores da sociedade, como nas instituições de ensino, em que de acordo Almeida (2016), o Presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil e membro conselheiro do Conselho Municipal de LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) em Cuiabá, pontuou que o Brasil concentra 82% da evasão escolar de pessoas trans, dessa forma, também é preciso dialogar sobre a transgeneridade e a transfobia juntamente com as escolas e a Formação de Professores.

A Sexualidade e o papel docente: amigos?

Apesar de mais presentes nos veículos de comunicação e na mídia nos tempos atuais, ainda assim, a temática da sexualidade e seus conceitos aliados são invisibilizados e tratados como “difíceis” de lidar em inúmeras instâncias, como na família, na escola, grupos de amigos e na própria formação dos profissionais, ocasionando em sua omissão em sala de aula e tornando os responsáveis pelos jovens os educadores desses saberes. Todavia, é nítido que o ambiente escolar também precisa atuar nesse aspecto, com a promoção de discussões e orientações sobre esses assuntos, para que os estudantes consigam relacionar o que aprendem na escola com as suas realidades sociais (Oliveira, 2007).

O tema sexualidade está fortemente presente no dia-a-dia da escola, inserida nas disciplinas e reuniões de professores, no relacionamento entre os adolescentes — por meio de conversas e brincadeiras — e no ambiente familiar. É, sem dúvida, um assunto a ser abordado na escola, por sua importância no desenvolvimento do indivíduo e formação da identidade psicossocial dos alunos. Neste contexto, o professor ocupa uma posição de extrema importância, pois ele é responsável pela formação de indivíduos formadores de opinião, de modo a complementar a educação familiar. No entanto, existe uma evidente dificuldade para se trabalhar o tema na escola, levando professores a tomar uma atitude de omissão frente a essa necessidade (Oliveira, 2007, p. 264).

2 Lei Dandara: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2128135>.

Importante lembrar, que pouco tempo atrás, havia um Projeto de Lei contra a homofobia, a PLC 122, que foi retirado por causa das *fake fo* espalhadas pelo, até então, Deputado Federal Jair Bolsonaro e seus seguidores, argumentando que o Ministério da Educação estava sintetizando e compartilhando um material, que foi pejorativamente denominado de “Kit gay”, fazendo com que um projeto importante, didático e humanizador se tornasse um mecanismo de desinformação, preconceito, violência e intolerância, utilizado até hoje em suas campanhas eleitorais (Vitorelo, 2021).

Os docentes são vistos como aqueles em que os seus alunos se inspiram, desta maneira, os mesmos precisam pavimentar discursos humanizadores que combatam as diferentes manifestações de preconceito que tanto são presentes nas escolas, como pontua Freire (2019):

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia (Freire, 2019, p. 19).

Ainda sobre o caráter docente, Freire (2019) pontua que “Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”, assim, agir contra a discriminação é um dever ético e que não pode ser desassociado das práticas pedagógicas, pois, “respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (Freire, 2019, p. 58).

Lutar contra a exploração, contra a discriminação, contra a negação de nós mesmos é um imperativo ético. Discriminados porque negros, discriminadas porque mulheres, discriminados porque homossexuais, ou trabalhadores ou brasileiros ou árabes ou judeus, não importa porque discriminados, temos o dever de protestar e de lutar contra a discriminação. A discriminação nos ofende enquanto fere a substantividade de nosso ser (Freire, 2010, p.70).

Paulo Freire critica todas as manifestações de violência porque a violência “fere a ontológica e histórica vocação dos homens – a de *Ser Mais*” (Freire, 1987, p. 27). A ausência de humanidade, apresentada como superioridade “de uma pessoa sobre a outra, de uma raça sobre a outra, de um gênero sobre o outro, de uma classe ou de uma cultura sobre a outra, é uma transgressão da vocação humana do *ser mais*” (Freire, 1996, p.62).

Diante disso, é perceptível que o professor precisa ser a ponte que conecta os seus alunos com os saberes que fundamentam grupos e movimentos sociais na luta contra a homofobia, transfobia, machismo, misoginia, entre outros, que tanto são presentes nos espaços escolares (Souza *et al*, 2010).

Entretanto, para trazer a diversidade sexual e de gênero para os entornos escolares, é preciso ir além de conceitos que englobem unicamente a homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade, acrescentando também a gama de identidades de gênero e orientações sexuais existentes, bem como ressaltar acerca da binaridade, não-binaridade, padrões e expressões de gênero e as mais variadas formas de preconceitos (Bortolini, 2011).

Embora na teoria, o papel do professor ao tratar sobre a sexualidade seja relativamente

simples de se visualizar, em que o educador vai atuar como um mobilizador, criando momentos interativos para trocas de conhecimentos e ideias, contudo, na prática, a realidade é um pouco diferente, os professores apresentam muitas dificuldades ao se depararem com esses assuntos, devido a ausência de recursos didáticos e audiovisuais, a falta de afinidade com os temas durante a sua formação inicial, possíveis conflitos com a gestão escolar e as famílias de seus estudantes e a dificuldade de trabalhar com conteúdos delicados, consequentemente, tornando esses saberes ainda mais invisíveis (Souza *et al*, 2010).

Sabendo dessa resistência sobre essas temáticas, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), incluíram a sexualidade nos agrupamentos dos Temas Transversais, temáticas essas que por causa de suas urgências sociais e a abrangências nacionais, os docentes de diferentes disciplinas deveriam criar estratégias para inseri-las em sala de aula. Como resultado, os discentes tiveram contato direto com temas voltados aos direitos sociais e civis, como também, aprimoraram seus conceitos referentes às diferenças culturais e ao repúdio às segregações sociais (Brasil, 1997).

A escola não é neutra e não pode permitir a evasão dos seus estudantes, sendo assim, precisa fol-los se expressarem da forma que quiserem no que diz respeito a sua identidade de gênero, para que não contribua ainda mais para o alto índice de reprovações e desistências escolares que esses alunos vistos como “diferentes” passam todos os anos (Mendes, 2012).

Nesse sentido, é fundamental analisar o que os professores, que também são pesquisadores, falam sobre esses temas nos eventos científicos de destaque. A partir disso, o objetivo deste artigo é analisar todos os artigos apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) que abordam a comunidade trans.

Metodologia

O presente artigo é disposto de uma abordagem qualitativa, visto que, a representatividade numérica e os instrumentos gráficos não são os eixos principais do estudo, mas sim, a compreensão e interpretação de uma temática, fenômeno social, entidade e/ou grupo específico (Gerhardt e Silveira, 2009).

Em princípio, a pesquisa qualitativa pode ser entendida como aquela que produz achados não provenientes de quaisquer procedimentos ou formas de quantificação. Por meio desta modalidade de pesquisa é possível compreender sobre o universo simbólico e particular das experiências, comportamentos, emoções e sentimentos vividos, ou ainda, compreender sobre o funcionamento organizacional, os movimentos sociais, os fenômenos culturais e as interações entre as pessoas, seus grupos sociais e as instituições (Medeiros, 2012, p.224).

Apresentada metodologicamente através de uma Revisão de Literatura, famosa por investigar, mapear e/ou inventariar um objeto de estudo específico, dentro de um recorte temporal determinado e com os parâmetros de inclusão e exclusão do material bem definidos, em revistas científicas, em anais de eventos, entre outros. Com as fontes de buscas variando entre os anais do evento específico ou em plataformas oficiais como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com o intuito de perceber, por meio de

outros autores, novas visões acerca do tema buscado, como também, responder questionamentos predefinidos (Gomes e Caminha, 2013).

A Revisão de Literatura (ou revisão narrativa) é sempre recomendada para o levantamento da produção científica disponível e para a (re)construção de redes de pensamentos e conceitos, que articulam saberes de diversas fontes na tentativa de trilhar caminhos na direção daquilo que se deseja conhecer (Gomes; Caminha, 2013, p. 396).

De acordo com Gomes e Caminha (2013), para realizar esse tipo de metodologia, é fundamental que o pesquisador percorra um caminho específico, que se inicia com o entendimento do estado do conhecimento de revisões de literatura acerca do tema escolhido, ou seja, investigar possíveis revisões sobre a temática, visando averiguar se a mesma pesquisa já não foi feita anteriormente. Em seguida, havendo a seleção das fontes de buscas e os descritores empregados para encontrar as produções. Por fim, acontece a transcrição, interpretação e organização dos dados, para que assim, consiga responder questionamentos e hipóteses pré-estabelecidas.

À vista disso, utilizou-se como fonte de buscas os anais³ das 15 edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), visando identificar e os artigos apresentados que abordem a temática da transgeneridade ao longo dos anos.

O Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), teve sua primeira edição ocorrendo em 1997 na cidade de Águas de Lindóia, São Paulo, sendo promovido pela Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – ABRAPEC.

O ENPEC é um evento científico bienal e com destaque na área de Ensino de Ciências, com o público alvo, formado por professores da Educação Básica e Superior, pesquisadores em Educação em Ciências da Natureza e suas áreas vinculadas, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação e licenciandos, sendo avaliado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com classificação Qualis A e com a finalidade de promover intensas discussões entre pesquisadores e sobretudo entre diferentes saberes, potencializando o pensamento para composições plurais em debates desenvolvidos no campo da Ciência e da Educação em Ciências (Abrapec, 2026; Abrapec, 2019).

A ABRAPEC, por sua vez, desempenha um papel central na promoção da pesquisa em Educação em Ciências, conectando pesquisadores, fomentando eventos de relevância nacional e contribuindo significativamente para o desenvolvimento e aprimoramento da educação científica, consolidando-se como uma entidade ativa na promoção do conhecimento nesse campo.

Para encontrar os artigos contendo a transgeneridade como objeto de estudo, foram empregados os descritores: “Trans”, “Gênero”, “Travesti”, “LGBT”, “Queer” e “Sex*” na aba “Filtrar Trabalhos” ou “Trabalhos aprovados” dos anais de cada edição.

Os artigos encontrados foram designados para os Quadros 1, 2 e 3, em que o primeiro contém

³ Anais do ENPEC, disponibilizado pela ABRAPEC <<https://abrapec.com/enpec-edicoes-antiores>>.

a quantidade de trabalhos aprovados e o número de artigos envolvendo o tema buscado; o segundo, contendo os títulos das pesquisas encontradas e a edição do ENPEC respectiva dessa pesquisa. Por último, o Quadro 3, elucida os títulos dos trabalhos, as Abordagens (qualitativa – quantitativa – qualiquantitativa), Tipos de Pesquisa (documental, bibliográfica, de campo, etc...), Instrumentos Metodológicos e as fundamentações teóricas usadas pelos autores.

Resultados e discussões

Entre a primeira e a décima quinta edição do ENPEC, foram apresentadas 13.087 pesquisas, em que 11 delas abordaram a transgeneridade, expressando 0,084% da totalidade, como observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Distribuição dos trabalhos acerca da transgeneridade nas edições do ENPEC.

Ano	Edição	Totalidade dos trabalhos apresentados	Quantidade de publicações envolvendo a transgeneridade
1997	I ENPEC	128	0
1999	II ENPEC	163	0
2001	III ENPEC	236	0
2003	IV ENPEC	451	0
2005	V ENPEC	739	0
2007	VI ENPEC	601	0
2009	VII ENPEC	693	0
2011	VIII ENPEC	1.235	0
2013	IX ENPEC	1.526	0
2015	X ENPEC	1.768	0
2017	XI ENPEC	1.335	2
2019	XII ENPEC	1.246	1
2021	XIII ENPEC	895	2
2023	XIV ENPEC	1.040	3
2025	XV ENPEC	1.031	3
—	Total	13.087	11

Fonte: autoria própria, 2026.

Ao longo dos anos do ENPEC, é visto que, a temática da transgeneridade começou a ser inserida a partir de 2017 no XI ENPEC, mesma época que ocorreu o caso da Dandara, que parou o país, seguindo, com o XII ENPEC em 2019, ano esse em que o Supremo Tribunal Federal (STF), classificou os crimes direcionados à comunidade LGBTQIA+ como hediondos, inserindo-os na Lei de Racismo (Lei n. 7716/89) (Brasil, 1989). Nos últimos cinco anos do ENPEC, trabalhos com a transgeneridade como objeto de estudo apareceram, mesmo que em pouca quantidade, nos anos anteriores, as

discussões não eram específicas com a comunidade trans, apenas as relacionando com questões de gênero e sexualidade em um âmbito geral.

Adentrando as produções encontradas, o Quadro 2 a seguir, mostra os 11 artigos publicados em todas as edições do ENPEC, referentes a comunidade trans.

Quadro 2 - Pesquisas envolvendo a transgeneridade no ENPEC.

Nº	Títulos	Edição do ENPEC
1	APRENDER PARA ACOLHER: formação em Enfermagem e acolhimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros nos serviços de saúde	XI ENPEC
2	Gênero(s) e sexualidade(s) no ensino de biologia: Reflexões a partir de diálogos entre discursos decoloniais africanos e das trans-identidades latinas	XI ENPEC
3	As trans-existências nos territórios do ensino de Biologia: das capturas aos escapes	
	XII ENPEC	
4	LGBTfobia, Evasão no Ensino e Implicações com a Educação em Ciências	XIII ENPEC
5	As produções de pessoas trans nos territórios da educação em biologia: por uma biologia menor aos corpos, gêneros e sexualidades	XIII ENPEC
6	Investigando narrativas de (e sobre) pessoas trans na internet: produção da vida no currículo escolar	XIV ENPEC
7	Da norma ao anormal: aproximações e tensões sobre os estudos queer para um Ensino de Ciências transgressor	XIV ENPEC
8	Estudo de caso de mudanças nas configurações subjetivas sociais de uma instituição LGBT+	XIV ENPEC
9	Intersexualidade e heteronormatividade: o apagamento das subjetividades nos discursos biológicos e suas influências na formação de professoras/es	XV ENPEC
10	Os corpos dissidentes da cishheteronormatividade e seus efeitos sobre a educação em biologia: profe, o que pode, o que deve um corpo?	XV ENPEC
11	Silicone industrial e a construção de corpos trans: impactos e perspectivas no ensino de ciências	XV ENPEC

Fonte: Autoria própria (2026).

Em um olhar focado para as edições do ENPEC com mais trabalhos sobre o tema, é visto que, o XV e o XIV ENPEC se destacam, por apresentarem 3 artigos cada um, seguido do XIII e XI ENPEC com suas duas produções referentes a comunidade trans.

Para iniciar as análises dos artigos, o Quadro 3 elucida as abordagens, tipos de pesquisa, instrumentos metodológicos e fundamentação teórica dessas produções.

Quadro 3 - Análise dos artigos sobre transgeneridade no ENPEC.

Título	Abordagem	Tipo de Pesquisa	Instrumentos metodológicos	Fundamentação Teórica
APRENDER PARA ACOLHER: formação em Enfermagem e acolhimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros nos serviços de saúde	Qualitativa	De campo	Entrevista Semiestruturada	Ceccim e Ferla (2009);Minayo (1994).
Gênero(s) e sexualidade(s) no ensino de biologia: Reflexões a partir de diálogos entre discursos decoloniais africanos e das trans-identidades latinas	Qualitativa	Bibliográfica e Documental	Revisão de literatura e Análise Documental	Oyěwùmí (2017).
As trans-existências nos territórios do ensino de Biologia: das capturas aos escapes	Qualitativa	De campo	Entrevista	Deleuze e Guattari (2011)
LGBTfobia, Evasão no Ensino e Implicações com a Educação em Ciências	Qualitativa	Documental	Análise Documental	Foucault (2007; 2008)
As produções de pessoas trans nos territórios da educação em biologia: por uma biologia menor aos corpos, gêneros e sexualidades	Qualitativa	Bibliográfica	Revisão de literatura	Foucault (1979; 2006)
Investigando narrativas de (e sobre) pessoas trans na internet: produção da vida no currículo escolar	Qualitativa	Documental	Levantamento e Análise de Conteúdo	Foucault (1998; 2008)
Da norma ao anormal: aproximações e tensões sobre os estudos queer para um Ensino de Ciências transgressor	Qualitativa	Documental	Análise Documental	Foucault (1979)

Estudo de caso de mudanças nas configurações subjetivas sociais de uma instituição LGBT+	Qualitativa	De campo e Documental	Entrevista e Análise Documental	González Rey (2015)
Os corpos dissidentes da cishheteronormatividade e seus efeitos sobre a educação em biologia: profe, o que pode, o que deve um corpo?	Qualitativa	De campo	Ensaio Teórico	Foucault (2001; 2005; 2008a; 2008b; 2019a; 2019b)
Silicone industrial e a construção de corpos trans: impactos e perspectivas no ensino de ciências	Qualitativa	Bibliográfica	Ensaio Teórico	Butler (1990) e Jesus (2012)
Vivência travesti: desafios do estágio supervisionado obrigatório em ciências biológicas	Qualitativa	De campo	Observação Participante	Grossi, Oliveira e Silva (2017)

Fonte: Autoria própria (2026).

O Quadro 3, ilustra que todas as pesquisas apresentam uma abordagem qualitativa, concordando com as ideias de Mariano, Ferreira e Souza (2022), pontuando que esse tipo de abordagem são propícias para estudos de gênero, em virtude de, possibilitar a compreensão das relações sociais e das experiências estudadas com mais complexidade.

Sobre os tipos de pesquisa, nos 11 artigos analisados, destacam-se a Pesquisa de Campo e a Documental, encontradas em 5 desses artigos. Já nos Instrumentos Metodológicos, é percebido que as análises documentais, foram as estratégias metodológicas mais utilizadas, encontradas em 4 dessas produções, seguindo do uso de entrevistas e mapeamentos/revisões de literatura vistas em 3 artigos cada. Outros instrumentos também foram usados em um ou 2 artigos, como a Análise de Conteúdo e os Ensaios Teóricos.

Na perspectiva dos referenciais teóricos por trás estes artigos, encontram-se nomes relevantes da área da Educação como Foucault com suas obras relacionadas com o discurso do poder e a história da sexualidade, fundamentando 5 trabalhos, como também, autores renomados que correlacionam a Educação com questão de identidade de gênero e sexualidade, como Butler (1990) e Jesus (2012).

Adentrando aos artigos sobre transgeneridade em todas as edições do ENPEC, iniciando com o texto: “APRENDER PARA ACOLHER: formação em Enfermagem e acolhimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros nos serviços de saúde”, de José Arnaldo Moreira Carvalho Júnior e Andréa Costa da Silva, pesquisa essa oriunda de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Visando descrever o histórico de lutas e o projeto de sociedade nos diferentes movimentos da saúde no Brasil e da formação de profissionais em saúde. A partir da aplicação de uma entrevista semiestruturada com 5 enfermeiras, os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo de Minayo. O presente artigo reflete acerca do processo de formação em saúde, na perspectiva do acolhimento de identidades que ao serem marginalizadas da sociedade se tornam invisíveis e correlacionado com os preceitos de Ceccim e Ferla (2009).

O segundo artigo, é “Gênero(s) e sexualidade(s) no ensino de biologia: Reflexões a partir de diálogos entre discursos decoloniais africanos e das trans-identidades latinas”, com autoria de Yonier Alexander Orozco Marin e Suzani Cassiani, de natureza teórica, esse artigo tem por objetivo refletir sobre as possíveis contribuições dos discursos decoloniais africanos e das trans-identidades do Sul global, para (re)pensar o ensino de ciências. Expressa através de uma revisão dos textos publicados por Oyèronké Oyěwùmí na revista “El Teje”, considerado o primeiro periódico travesti latino-americano, bem como, dos seus discursos na obra “*La invención de las mujeres*”, de forma geral, o trabalho investiga as possíveis contribuições de Oyèronké Oyěwùmí.

O artigo “As trans-existências nos territórios do ensino de Biologia: das capturas aos escapes”, de Sandro Prado Santos e Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, recorte de uma pesquisa de doutorado, delimitando os territórios do ensino de Biologia a partir dos agenciamentos do encontro com experiências de pessoas trans, levantando as possíveis ressonâncias na Educação em Biologia. Aplicada por meio de entrevistas com professoras de biologia autodeclaradas transgêneras e utilizando Deleuze e Guattari (2011) com seus discursos sobre corpo, gênero e sexualidade no ensino de biologia, como alicerce teórico.

O quarto artigo foi o “LGBTfobia, Evasão no Ensino e Implicações com a Educação em Ciências”, de Priscylla Helena Alencar Falcão Sobral e Rochele Quadros Loguércio, em que foi empregada uma análise documental nos relatórios da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; do Censo da Educação Superior no Brasil (2017) e em uma pesquisa de Daitx, Loguercio e Strack (2016), que investigava os fenômenos da evasão e da retenção no curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O texto, aborda as problemáticas que circulam a comunidade LGBTQIA+ e as suas relações com a taxa de evasão desse grupo e fundamentando esses saberes com as teorizações de Foucault sobre sexualidade e os mecanismos de poder que a atravessam.

Seguindo com o artigo “As produções de pessoas trans nos territórios da educação em biologia: por uma biologia menor aos corpos, gêneros e sexualidades”, com autoria de Sandro Prado

Santos, Camyla Strack de Oliveira e Matheus Moura Martins, sendo uma revisão de literatura de pessoas trans nos ENEBIO (2016 e 2018), EREBIO (7ª edição) e ENPEC (2017 e 2019). Discutindo como essas produções auxiliam na desmistificação dos corpos, gêneros e sexualidades no Ensino de Biologia. As análises e discussões com o material empírico desta investigação foram pautadas nas interlocuções teóricas de Foucault (2006).

O próximo artigo foi o “Investigando narrativas de (e sobre) pessoas trans na internet: produção da vida no currículo escolar”, de Sareh Almeida da Silva e Marcia Serra Ferreira, em que as autoras investigaram a forma que as vivências de pessoas trans se constituem historicamente nas instituições de ensino nacionais a partir de vídeos na rede social *Youtube*. Com o uso do descritor ‘trans escola’, foram organizados 82 vídeos, buscamos compreender como se relacionam enunciados (títulos), interlocutores (canais) e tempos (datas) em uma rede de discursos que produz os sujeitos trans escolares e dialogando esses conhecimentos com o Foucault e seus interlocutores no campo do Currículo.

O sétimo artigo, denominado “Da norma ao anormal: aproximações e tensões sobre os estudos queer para um Ensino de Ciências transgressor”, de Caio Gentil Nascimento da Silva, Joaquim Fernando Mendes da Silva e Marcos André Ferreira de Araujo Santos, apresentado como uma análise documental dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), problematizando o caráter androcêntrico do Ensino de Ciências ao proporcionar a quebra da normatividade estabelecida pelos padrões masculinos hegemônicos da sociedade. Com o intuito de estabelecer um entrelaçamento com a Teoria Queer, evidenciando a função social e a educação transgressora das disciplinas de Ciências.

Em sequência, vem o artigo nomeado de “Estudo de Caso de Mudanças nas Configurações Subjetivas Sociais de uma Instituição LGBTQ+”, de Marilda Vinhote Bentes e José Moysés Alves, esse artigo verifica as alterações nas configurações subjetivas sociais da Associação Grupo Athena Cores de Roraima-AGAC/RR, que atende ao público LGBTQ+, em Boa Vista-Roraima. A partir de um estudo de caso com aplicação de entrevista e análise documental, para esse estudo foi adotado a teoria da subjetividade e da epistemologia qualitativa de González Rey.

O artigo chamado “Os corpos dissidentes da cishheteronormatividade e seus efeitos sobre a educação em biologia: profe, o que pode, o que deve um corpo?”, de Cintia Muller Leal e Rochele de Quadros Loguercio, sendo esse o primeiro a tratar da transgeneridade de uma maneira mais significativa até o momento, mesmo que não diretamente escrita. Recorte de uma pesquisa de doutorado, esse trabalho, se apresenta como um Ensaio Teórico, problematizando o ensino de biologia acerca do corpo e discutindo-o na perspectiva da filosofia da diferença, com auxílio dos conceitos de Michel Foucault: a norma, a biopolítica e o poder disciplinar. Discutindo a disciplinarização e a normalização violentas feitas pela escola.

O penúltimo artigo, denominado “Silicone industrial e a construção de corpos trans: impactos

e perspectivas no ensino de ciências”, de Maykell Rodrigues Martins e Maciel Trajano Santana, foi a primeira pesquisa a ter a transgeneridade como eixo principal no trabalho, percebida desde o título. A mesma tem foco nos fatores sociais, econômicos e culturais que levam mulheres transexuais e travestis a recorrerem ao uso de silicone industrial para modificações corporais, analisando suas implicações para a saúde e a identidade de gênero. Discutindo como os conteúdos de Ciências da Natureza e Saúde podem promover reflexões em sala de aula que integrem saúde, educação e direitos humanos. Os dados apontam, que essa prática reflete desigualdades estruturais, como a marginalização social, exclusão econômica e falta de acesso a serviços de saúde seguros, situações bem comuns para os corpos trans. Dessa forma, o Ensino de Ciências se destaca ao transcender assuntos tradicionais, abordando temas contemporâneos como gênero e sexualidade.

Por fim, o artigo da Rayanna Sophia Vasco de Souza, denominado “Vivência travesti: desafios do estágio supervisionado obrigatório em ciências biológicas”, segunda pesquisa que evidencia a transgeneridade em si como objeto de estudo, pois, teve como objetivo relatar a vivência de uma travesti negra durante o ESO do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Tratando-se de um relato de experiência resultado da prática de observação-participativa durante o estágio obrigatório supervisionado. As observações foram realizadas durante o mês de setembro de 2023 nas turmas do 2º e 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual localizada na cidade de Recife, Pernambuco.

Diante do exposto, mesmo com a temática da transgeneridade ganhando mais espaço no cenário nacional e mundial, ocupando espaços que geralmente as silenciava, como por exemplo, na política, mídia e nos documentos oficiais. No contexto dos artigos publicados no ENPEC, é observado que barreiras ainda precisam ser rompidas para que a inserção desse tema seja mais significativa, pois, com a ascensão do tema na sociedade, é preciso que os pesquisadores da área acompanhem esse percurso, para assim, pesquisas envolvendo esse tema continue a surgir.

Considerações Finais

Indubitavelmente, é notório que os membros da comunidade trans estão longe de se sentirem seguros e incluídos no Brasil, país esse que mais os matam em todo o mundo, se deparando com uma gama de desigualdades e impedimentos sociais, políticos e econômicos, que os colocam em uma vulnerabilidade, que em muitas das vezes é fatal, desse modo, tornando as pessoas transgênero, bem como, a transgeneridade, invisíveis em vários setores da sociedade, entre eles, nas instituições de ensino e nos eventos científicos.

No caso do ENPEC, essa realidade não seria diferente, na medida que, dos 13.087 artigos apresentados em todas as suas edições, unicamente 11 delas abordou a transgeneridade de alguma maneira, resultando em 0,084% da totalidade, evidenciando que mesmo em eventos de abrangência

nacional que tenha como público-alvo pesquisadores que também são docentes, como o ENPEC, ainda assim, essa temática é totalmente silenciada.

Diante do exposto, é preciso que a ABRAPEC e os membros organizadores do ENPEC, possibilitem e desenvolvam dossiês com temáticas voltadas às questões de gênero, sexualidade e diversidade, para que atraia mais pesquisadores dessas áreas do conhecimento, e por consequência, proporcionem um ambiente para que se discutam esses temas com mais pluralidade, bem como, aumente a quantidade de artigos referentes a transgeneridade ou identidade de gênero.

Agradecimentos

Agradecimentos para a Capes pelo fomento da bolsa de pesquisa e para o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFGD).

Referências

ABRAPEC. *Sobre – ABRAPEC*. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC). 2019. Disponível em: Sobre – ABRAPEC.

ABRAPEC. *ENPEC – Edições Anteriores*. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC). 2019. Disponível em: ENPEC Edições Anteriores – ABRAPEC.

ABRAPEC. *Sobre O XV ENPEC*, 2026. Disponível em < <https://enpec.abrapec.com/anais/enpec2025>>.

ALMEIDA, Aline. *Evasão escolar entre travestis é bem maior. Flacso na mídia, Diário de Cuiabá*, 2016. Disponível em < <https://flacso.org.br/2016/05/23/evasao-entre-travestis-e-bem-maior/>>.

ARRUDA, Jônathas de Lima *et al.* Transgenderism in studies on the health folder adults: a systematic review. *Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]*. V. 33, n. spel, e2024304, 2024 • <https://doi.org/10.1590/S2237-96222024v33e2024304.especial.pt>.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: *assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025* / Bruna G. Benevides; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola – Uma perspectiva Intercultural e Interrelacional. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, 2011. Disponível em < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13953>>.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Brasil Sem Homofobia*: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Ministério da Saúde, 2004, Disponível em < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf> (Obra original publicada em 2004).

BRASIL, Ministério da Saúde. *Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)*. Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013^a. Disponível em < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Portaria n. 457*, de 19 de agosto de 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. *DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009*. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências, 2009. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm >.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 15.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMPO GRANDE, Câmara Municipal de Campo Grande. *Câmara aprova projeto de Salineiro que garante banheiro feminino exclusivo para mulheres biológicas*, 2026. Disponível em < <https://www.camara.ms.gov.br/imprensa/noticias/0/1/2026/38381> >.

CECCIM, Ricardo Burg; FERLA, Alcindo Antônio. Educação e Saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. *Trab. Educ. saúde*, v. 06, n. 03, p. 443 – 456, Rio de Janeiro, 2009.

DAITX, André Cristo; LOGUERCIO, Rochele de Quadros; STRACK, Ricardo. Evasão e retenção escolar no curso de Licenciatura em Química do Instituto de Química da UFRGS. *Investigações em Ensino de Ciências* 21.2, 153-178, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*, v.1. Tradução de A. L. O, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34. 2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2006.

FREIRE, Paulo. *À Sombra desta Mangueira*. São Paulo: Editora Olho d'água, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONZÁLEZ REY, Fernando. *Ideias e modelos teóricos na pesquisa construtivo-interpretativa*. In A. Mitjáns Martínez; M. Neubern & V. D. Mori (Orgs.). *Subjetividade contemporânea: discussões epistemológicas e metodológicas*. (pp.13-34). Campinas SP: Editora Alínea, 2015.

HAILER, Marcelo. *FÓRUM: OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais*, 2022. Disponível em < <https://revistaforum.com.br/lgbt/2022/1/4/transexualidade-deixa-de-ser-considerada-doena-com-publicacao-do-cid-11-108322.html> > .

JESUS, Jaqueline. Gomes. O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do Orgulho LGBT. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Trabalho e das Organizações. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília. 2010.

JESUS, Jaqueline. Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgênero, para formadores de opinião. 2. Ed. Brasília, 2012.

LANZ, Leticia. O Corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. *Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná*. 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

LIMA, Yuri. Opinião CE. *Lei Dandara, que torna LGBTcído crime hediondo, avança na Câmara dos Deputados*. 04 de Julho de 2024. Disponível em < <https://www.opiniaoce.com.br/lei-dandara-que-torna-lgbtcido-crime-hediondo-avanca-na-camara-dos-deputados/>.

MACIEL, Ikaro Cesar da Silva. Transgênero: identidade e performatividade de Linn da Quebrada. 2019. 110 f. *Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará*, Fortaleza, 2019. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=95742>> Acesso em: 30 de março de 2026.

MARIANO, Silvana Aparecida; FERREIRA, Lina Penati; SOUZA, Márcio Ferreira de. (2022). Metodologia e ética feministas em pesquisa social com mulheres em situação de pobreza. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 10(24), 192–212. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n.24.500>.

MEDEIROS, Marcelo. Pesquisas de abordagem qualitativa. *Revista Eletrônica de Enfermagem* 14.2, 2012, 224-9. DOI: <https://doi.org/10.5216/ree.v14i2.13628>.

MELLO, Luiz. *Et al.* Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sex Salud Soc.* 2011.

MENDES, Tiago Henrique Klengel Biasotto. *A Educação a Distância na Formação Continuada de Professores: o Curso Gênero e Diversidade na Escola e o Combate à Homofobia*. SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância 2012, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NERY, João Walter; GASPODINI, Icaro Bonamigo. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. *Souza RM. Coletânea Diversa Diversidades* 1, 2015, 61-80. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Icaro-Bonamigo-Gaspodini/publication/304705237_Transgeneridade_na_escola_estrategias_de_enfrentamento/links/5777b72e08ae1b18a7e43938/Transgeneridade-na-escola-estrategias-de-enfrentamento.pdf#page=61>.

NETO, José Rodrigues Paiva. A saúde da pessoa transgênero: progresso, desafios e novos horizontes. *Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família – PROFSAÚDE*. 2024.

OLIVEIRA, Eunice da Silva. Orientação sexual: O papel da escola. In: OSÓRIO, Alda Maria. *Práticas pedagógicas: saberes dos professores na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental*. Campo Grande, MS. Editora UFMS, 2007, 360p – (Estudos em Educação).

OYĖWÙMÍ, Oyèronké. *La invención de las mujeres*. Em perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá: Editorial em la frontera, 2017.

PASSONI, Chiara Mori; BIAGIO, Daniel Lucas Dejavitte de; PACHECO, Dennis. *O Impacto da Criminalização da LGBTfobia: Respostas do Poder Judiciário após a ADO nº 26*. In: Benevides, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025 / Bruna G. Benevides; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026.

RIBEIRO, Liniker; RICALDE, Débora. *Mulher trans torturada em MS diz que caiu em emboscada planejada pelo namorado e pelos patrões*. G1 MS e TV Morena — Mato Grosso do Sul. Disponível em <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2026/03/18/mulher-trans-torturada-em-ms-diz-que-caiu-em-emboscada-planejada-pelo-namorado-e-pelos-patroes.ghtml>>.

SILVA, Ruth Nunes da; TORTATO, Cintia de Souza Batista. Questionando a norma: O impacto da heteronormatividade na experiência individual e nas definições de gênero. *COR LGBTQIA+*, 252–263, 2026. Disponível em <<https://doi.org/10.56579/cor.v2i10.1964>>.

SOUZA, Márcia Maria de; *et al.* Qualificação de professores do ensino básico para educação sexual por meio da pesquisa-ação. *Cienc Cuid Saude*. 2010;9(1):92-96. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/a17ead24-fe6b-40f0-9161-3977ef00fc23/content>>.

VITORELO, Kael. *Kit Gay: atividades lúdicas para toda a família*, São Paulo, editora Veneta, 2021. 96 p.

Recebido em 15 de abril de 2026
Aprovado em 31 de agosto de 2026
Publicado em 15 de setembro de 2026